

Do movimento Todos pela Educação ao Plano de Ações Articuladas e Guia de Tecnologias: empresários interlocutores e clientes do estado

Resumo

Este trabalho é o recorte de uma pesquisa maior e apresenta algumas discussões sobre como o setor privado mercantil adentra e influencia as políticas educacionais brasileiras. Nos anos de 1990 os empresários intensificam a influência sobre a agenda educacional brasileira que culminou na criação do Movimento Todos pela Educação. O governo brasileiro assume as metas propostas pelo Movimento e cria o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação a partir da implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação que se materializou através do Plano de Ações Articuladas. Na oferta de assistência técnica cria o Guia de Tecnologias Educacionais com materiais pedagógicos pré-qualificados pelo MEC. A partir da metodologia de análise documental, constatamos a indução de parcerias com entidades do setor privado desde a etapa inicial até a implementação da política. Também podemos observar que os mesmos sujeitos do movimento empresarial Todos pela Educação são agentes e interlocutores no setor público, junto ao MEC, tornando-se clientes do Estado ao ofertarem produtos no Guia de Tecnologia.

Palavras-chave: Movimento Todos pela Educação; PDE/PAR; Guia de Tecnologia Educacionais; Políticas educacionais; Público-privado.

Liane Maria Bernardi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
lianebernardi@terra.com.br

Alexandre José Rossi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
aj_rossi@yahoo.com.br

Lucia Hugo Uczak

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
lucia.hugo@yahoo.com.br

Introdução

Este artigo é parte da pesquisa ‘Parcerias entre sistemas públicos e instituições do terceiro setor no Brasil, Argentina, Portugal e Inglaterra: implicações para a democratização da educação’ realizada por um grupo de pesquisadores junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Neste recorte apresentamos discussões sobre como o setor privado mercantil adentra e influencia as políticas educacionais brasileiras.

Abordaremos desde o Movimento Todos pela Educação (TPE) - ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação a partir da implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que se constitui em uma política educacional implementada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva e mantida por Dilma Rousseff. Tal programa se materializou através do Plano de Ações Articuladas (PAR), o qual, partindo de um diagnóstico da realidade local, propõe a elaboração de um plano de educação que é constituído de ações e subações. Estas são de assistência técnica e financeira e podem também ser de responsabilidade do MEC ou do próprio estado ou município. Parte da assistência oferecida encontra-se no Guia de Tecnologias que é um documento que contém a descrição de diversas tecnologias e informações suplementares acerca de materiais pedagógicos elaborados por instituições ou empresas públicas e/ou privadas e que são pré-qualificadas pelo MEC.

A partir da metodologia de análise documental, constatamos a indução de parcerias com entidades do setor privado desde a etapa inicial até a implementação da política. Também podemos observar e mapear os interlocutores privados e sua ligação com a oferta dos produtos do Guia de Tecnologias.

A base material da pesquisa traz os dados coletados nos documentos disponibilizados pelo MEC: Decreto nº 6.094/07, Guia de Ações 2007-2011 e 2011-2014, Guia de Tecnologias Educacionais. Utilizamos também site do Movimento Todo pela Educação e sites relacionados a empresas e empresários que compõem o Movimento. A sustentação teórica do estudo está nos argumentos Peroni (2011), Laval (2004), Shiroma, Garcia e Campos (2011), Thompson (1987), Ball e Olmedo (2013), Voss (2011) e ainda Evangelista e Leher (2012).

O artigo está organizado em três seções: (i) ‘Do Movimento Todos pela Educação ao Compromisso Todos pela Educação’, na qual apresentamos a articulação dos empresários em torno do TPE até a incorporação desta agenda pelo governo Federal com a criação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, mostrando como se constituiu a política do PDE; (ii) ‘Do Plano de Ações Articuladas ao Guia de Tecnologias Educacionais: Ampliando as relações com o setor privado’, em que evidenciamos a materialização do PDE através do PAR e destacamos como a relação público-privada vai se consolidando neste programa bem como no Guia de Tecnologias Educacionais, que é uma das ações propostas pelo PAR, que exemplifica como se realizam as parcerias, destacando as possibilidades de parcerias pré-qualificadas pelo MEC; (iii) ‘Redes de influência e interlocutores do Estado: a quem interessa o mercado educacional’. Por fim, fazemos algumas considerações sobre políticas educacionais em curso no Brasil e a relação entre o setor privado e o setor público educacional.

1 Do movimento Todos pela educação ao compromisso todos pela educação

Desde o início dos anos de 1990 os empresários brasileiros organizaram fóruns e documentos onde apontam interesse na construção de uma agenda educacional voltada a “produção de uma nova sociabilidade mais adequada aos interesses privados do grande capital nacional e internacional” (SHIROMA, GARCIA, CAMPOS, 2011, p.227). Nesta ótica propõem reformar a educação e a escola tornando-a mais eficaz às novas demandas do capital, formando um novo trabalhador que dominasse as novas competências tecnológicas e organizacionais. Nesta perspectiva, além de propor a importação da eficácia do modelo empresarial pretendia-se “repor a função social da educação e da escola destituindo-as, contudo, do seu caráter público” (idem).

As reivindicações das lutas pela democratização da educação são incorporadas e ressignificadas e o empresariado brasileiro empregando o discurso de ‘educação para todos e todos pela educação’ apresenta propostas alinhadas com as reformas educacionais implementadas em vários países europeus e latino-americanos a partir da década de 1990. Tais reformas anunciavam como objetivo central a melhoria da qualidade da educação, o que inclui ampliação de jornada escolar, universalização do atendimento,

propostas de avaliação em larga escala, incentivos à realização de parcerias externas buscando apoio às atividades educacionais, investimento em formação inicial e continuada e valorização dos profissionais da educação, dentre outras questões (BARÃO, 2009).

No Brasil, a indicação dessa política de forte cunho gerencialista foi constituída a partir do movimento empresarial Todos pela Educação¹, o qual, segundo Shiroma, Garcia e Campos (2011, p. 233), foi “criado por um grupo de intelectuais orgânicos do capital”, que iniciaram a realização de diversos eventos durante dois anos, propondo um grande pacto pela educação com sindicatos, sociedade educacional e civil e que logo ganhou adesão da mídia. “Os empresários se antecipam e pautam a agenda governamental: reafirmam o papel do Estado redefinindo, no entanto, o sentido e o significado da educação pública” (ibidem, p. 226). O movimento propõe a mobilização da iniciativa privada e das organizações sociais do terceiro setor para atuar junto com o Estado no provimento da educação.

Segundo o ex-ministro da educação, Paulo Renato Souza, o fato de o setor privado organizar eventos para discutir como melhorar os sistemas educacionais da região latino-americana constitui-se uma novidade. Ao explicar as razões para as proposições dos empresários, Souza associa-se aos argumentos dos teóricos neoliberais afirmando que tal iniciativa é indicativa de que “o Estado sozinho não é capaz de resolver esses graves problemas num período curto de tempo” (SOUZA, 2006). O argumento da ineficiência do Estado tem sido utilizado para justificar a necessidade da intervenção dos empresários nas questões sociais e ao mesmo tempo para dar visibilidade às ‘propostas salvadoras’ recomendadas pelo setor privado.

O TPE se apresenta como uma iniciativa da sociedade civil, mas “constitui-se, de fato, como uma rede política que congrega agentes sociais, intelectuais, empresas, instituições públicas e privadas e grupos de interesses heterogêneos, articulados em torno de um discurso comum” (VOSS, 2011, p. 52). A maioria dos integrantes não provêm

¹ Em 2006 realizou-se a Conferência Ações de Responsabilidade Social em Educação: melhores práticas na América Latina, promovido pela Fundação Lemann, Fundação Jacobs e Grupo Gerda, com apoio do Preal. Os representantes das empresas brasileiras reunidos elaboraram um documento sobre educação: “Compromisso Todos Pela Educação”.

do campo da educação, e são “profissionais ligados à economia, administração, comunicação, ao mundo dos negócios ou pessoas que ocuparam determinados cargos políticos nos governos federal ou estaduais” (idem).

O discurso inicial de garantia do acesso a educação (que é um direito) é substituído pelo da ‘qualidade’, cujo sentido para este grupo está na avaliação e construção de um parâmetro de qualidade pensado e definido pelo TPE e aceito socialmente. Sobre isso Dulce Voss afirma que:

O discurso da educação como fator estratégico de desenvolvimento social e econômico e atualmente recontextualizado, pois a ênfase central das reformas educacionais contemporâneas não é a expansão da escolarização, mas a equidade, entendida como a oferta eficiente e eficaz do ensino, de modo a garantir condições de aquisição de habilidades e informações que permitam competir no mercado profissional (VOSS, 2011, p. 45).

Ao retomarmos o histórico de constituição do Todos pela Educação e o papel dos sujeitos o fazemos embasados em Thompson (1981), quando afirma que não existe processo histórico sem sujeito, assim como também não existem sujeitos sem história. Destarte, entendemos o movimento TPE como sujeito coletivo que produz história, defendendo interesses particulares, articulados em torno de um projeto social. A prática do TPE, compreendido como sujeito histórico, é uma iniciativa de classe que se constituiu independente do Estado, mas funciona articulando-se com o governo e com setores da educação no país e desse modo determinam o que vem a ser a qualidade da educação ‘traduzindo-a sob a forma de subordinação à formação para o trabalho explorado requerido pelo capitalismo’ (EVANGELISTA, LEHER, 2012, p.9).

Capitaneados pelo setor financeiro² e articulados com o setor empresarial o Movimento fez a convocação para a intervenção na educação e como afirmam Olinda Evangelista e Roberto Leher, isso:

Partiu da constatação e que as corporações estavam atuando em centenas de grandes projetos educacionais com objetivos educacionais pertinentes, afins aos interesses corporativos que os patrocinam, mas

² Convocatória inicial do TPE feita pelo Itaú Unibanco Holdings S.A.

que a dispersão dos esforços impedia uma intervenção ‘de classe’ na educação pública, objetivo altamente estratégico, pois envolve a socialização de mais de 50 milhões de jovens, a base da força de trabalho dos próximos anos. Os setores dominantes, após a articulação política dos grupos econômicos em prol do movimento, passaram a atuar por meio de suas fundações privadas ou de suas Organizações Sociais, como Itaú- Social, Faça Parte, Ayrton Senna, Roberto Marinho, Gerdau, Victor Civita, Abril, Bunge, D’Pascoal, Bradesco, Santander, Vale, PREAL, Lemann, entre outros (EVANGELISTA, LEHER, 2012, p.7).

Tendo em vista o exposto passamos a descrever a estrutura de governança e composição de colegiados que atuam no Compromisso Todos pela Educação que está apresentada da seguinte forma:

Existe um *Conselho de Governança* composto por 16 integrantes que é presidido por Jorge Gerdau Johannpeter. Também possuem um *Conselho Fiscal* com 3 integrantes e uma *Comissão Técnica* com 15 integrantes coordenados por Viviane Senna. Todos os integrantes listados são empresários, banqueiros ou consultores de empresas, que na mesma página do site aparecem listados junto a outros nomes intitulados de *sócios fundadores* do TPE. Nos limites deste artigo destacaremos apenas o Conselho de Governança do Movimento Todos pela Educação, que está representado no quadro abaixo:

Quadro 1- Conselheiros de Governança do Todos Pela Educação e suas empresas

NOME DO CONSELHEIRO	EMPRESA QUE REPRESENTA
Jorge Gerdau Johannpeter	Instituto Gerdau
Ana Maria dos Santos Diniz	Instituto Grupo Pão de Açúcar
Antonio Jacinto Matias	Fundação Itaú Social
Beatriz Johannpeter	Instituto Gerdau
Daniel Feffer	Susano Holding SA e Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - Brasil
Danilo Santos de Miranda	Diretor Regional SESC SP
Denise Aguiar Alvarez	Diretora Fundação Bradesco
Fernão Carlos Botelho Bracher	Itaú e Banco BBA Creditanstalt , Ex presidente do Banco Central
José Francisco Soares	Conselho Consultivo do INEP e membro do Conselho Técnico do INEE (Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación – México
José Roberto Marinho	Fundação Roberto Marinho- Rede Globo

Luiz Norberto Pascoal	Grupo D’Pascoal e Fundação Educar D’Pascoal
Luiz Paulo Saade Montenegro	Instituto Paulo Montenegro
Millú Villela	Presidente do Instituto Faça Parte e Brasil Voluntário
Viviane Senna	Instituto Airton Senna
Wanda Engel Aduan	Presidente Instituto Unibanco

Fonte: os autores

Vale destacar que os sujeitos aqui nomeados se relacionam entre eles e com outras redes em âmbito nacional e internacional. A organização em redes facilita a inserção simultânea dos sujeitos em diversos espaços instaurando os princípios de “comunicabilidade, solidariedade e a importância do fluxo de informação, como formas de articulação não hierárquicas e mais dinâmicas entre o próprio e o alheio, entre os interesses individuais e os gerais” (KRAWCZYK, 2000, p. 5). E esta organização é fundamental para garantir a formação de consensos e a defesa dos objetivos e metas estabelecidos pelo Movimento. Ball e Olmedo (2013) explicam as intervenções do setor privado como novas formas de filantropia através de sua articulação em redes de políticas globais. Para eles, a “rede é um mecanismo analítico e um tropo-chave dentro desse redirecionamento da atenção, como se fosse um tipo de tecido conectivo que se une e oferece alguma durabilidade a essas distantes e fugazes formas de interação social” (ibidem, p. 36). Ao mesmo tempo, a rede confere certa ‘proteção’ aos sujeitos para a ação, pois podem agir na construção do consenso, na definição de políticas, no direcionamento empresarial a este ‘filão’ de mercado, sem, no entanto, serem expostos diretamente as críticas, pois estão diluídos na rede, que não é um, mas são todos e não se distingue onde ou quem iniciou o processo.

O significado deste intrincado processo de relações empresariais que toma conta de uma fatia do mercado educacional é justificado pelos empresários em torno de um discurso comum de ‘qualidade da educação’ e se constitui numa rede política que oferece para o sucesso desta missão a competência gerencial, ou seja, para o Movimento é preciso “ajustar as políticas educacionais e as práticas institucionais e pedagógicas aos moldes da gestão empresarial, do mercado e da performatividade neoliberal” (VOSS, 2011, p. 53). E essa qualidade empresarial de baseia em princípios de eficiência e

produtividade que possam ser mensuradas através de provas padronizadas aplicadas a estudantes de todo o país.

Configurando esta discussão de classe do Movimento Todos pela Educação, os empresários dão a direção da política educacional e promovem o consenso em torno de cinco metas propostas como objetivos a serem alcançadas até 2022 que estão publicadas em seu site³:

Meta 1- Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola

Meta 2- Toda criança plenamente alfabetizada até os 8anos

Meta 3- Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano

Meta 4- Todo jovem de 19 anos com Ensino Médio concluído

Meta 5- Investimento em Educação ampliado e bem gerido - Aperfeiçoamento da gestão e da governança da Educação.

A partir dessas metas o Movimento propõe a divulgação e monitoramento da educação no país e passa a intervir nos parâmetros do que considera qualidade, divulgando amplamente o que considera gestão de sucesso, com uso das inovações didáticas e tecnologias ofertadas por seus próprios parceiros.

Em consonância com a proposta descrita acima, o governo federal, através do Ministério da Educação (MEC), criou em 2007 o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE, que, como o próprio nome já diz, é um plano que prevê o desenvolvimento da educação no Brasil com o objetivo de investir na educação básica através de projetos que envolvam toda a comunidade escolar por meio de iniciativas que garantam o sucesso e a permanência com qualidade do aluno na escola. Vale lembrar que o PDE assumiu todas as metas do Movimento, certificando a sujeição da política educacional ao consenso construído pelos empresários brasileiros.

O Plano de Metas segue as recomendações contidas no Decreto nº 6.094/07, que tem como objetivo a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil. Ele é

³ <http://www.todospelaeducacao.org.br>- Acesso em 14 de setembro de 2013.

constituído de 28 diretrizes, as quais englobam aspectos relacionados ao acesso e à permanência dos alunos na escola, e também trata da organização do trabalho pedagógico, bem como sobre a formação e a carreira dos profissionais da educação, a gestão da escola e das redes de ensino, a valorização dos profissionais da educação, entre outras questões. O Plano de Metas, de acordo com Farenzena (2012, p. 11), “conta com sua intervenção na promoção e na implementação das ações, e envolve, igualmente, com as mesmas funções, as redes estaduais e municipais de ensino, mediante a adesão dos respectivos poderes executivos”.

Das 28 diretrizes, destacamos as de número XXVII e XXVIII que sugerem as parcerias com setores privados:

XXVII - firmar **parcerias externas à comunidade escolar**, visando à melhoria da infraestrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas;

XXVIII - organizar um comitê local do Compromisso, **com representantes das associações de empresários**, trabalhadores, **sociedade civil**, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB. (BRASIL, [2007](#), grifos nossos).

Podemos observar que elas indicam uma certa desobrigação do papel do Estado para com o provimento e a manutenção da educação, repassando o que é de sua responsabilidade às escolas. Também fica evidente a indicação de entidades com uma lógica de mercado dentro da escola pública, influenciando na elaboração e no acompanhamento de políticas educacionais, afinado aos discursos do Movimento Todos Pela Educação.

O PDE foi pensado com o propósito de agrupar todas as ações e projetos no âmbito da educação que já vinham sendo desenvolvidos através das secretarias do MEC, bem como agrupar ações e projetos desenvolvidos no âmbito da educação por outros Ministérios.

No âmbito do Plano de Metas, os entes federados foram ‘convocados’ pelo então ministro da Educação Fernando Haddad a aderir ao Compromisso Plano de Metas – Compromisso Todos Pela Educação. A adesão habilitou os municípios e estados a receber

assistência técnica e financeira através da elaboração do Plano de Ações Articuladas. Em 2008, quase a totalidade dos municípios e todos os estados estavam habilitados a elaborar o PAR. As metas do Movimento ganhavam *status* de política nacional, consolidando-se em todos os recantos do país.

2. Do Plano de Ações Articuladas ao Guia de Tecnologias: ampliando as relações com setor privado

O PAR é o planejamento multidimensional da política de educação que cada rede pública de educação deve fazer para um período de quatro anos (2008 a 2011 e 2011 a 2014). O roteiro oferecido pelo MEC para auxiliar os entes federados na elaboração do PAR é constituído de três etapas: o diagnóstico da realidade da educação e a elaboração do plano são as primeiras etapas e estão na esfera do município ou estado. A terceira etapa é a análise técnica, feita pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que emite um termo de cooperação com as ações de responsabilidade de execução do MEC no qual constam os programas aprovados e classificados segundo a prioridade municipal.

Entre as ações oferecidas no PAR aos municípios e estados estão processos, ferramentas e materiais de natureza pedagógica pré-qualificados⁴ pelo MEC no Guia de Tecnologias Educacionais. O Guia de Tecnologias Educacionais é um documento que contém a descrição de diversas tecnologias e informações suplementares acerca de materiais pedagógicos elaborados por instituições ou empresas públicas e/ou privadas e que são pré-qualificadas pelo MEC.

Segundo o Aviso de Chamamento Público do MEC 01/2009, poderiam apresentar propostas de tecnologias “quaisquer pessoas físicas ou jurídicas nacionais, de direito público ou privado, tais como: institutos de ensino superior, centros e museus de ciências,

⁴Cabe destacar que o MEC “avalia e pré-qualifica aquelas tecnologias e materiais que considera inovadores e capazes de promover a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades. Com o objetivo de disseminar tecnologias inovadoras, essa pré-qualificação se realiza a partir de critérios próprios e, após a avaliação da implantação e implementação, podem ser certificadas pelo MEC, caso se constate que tenham gerado impacto positivo na evolução dos indicadores da qualidade da educação básica” (ROSSI, BERNARDI, UCZAK, 2013, p. 211-212).

instituições educacionais, organizações não governamentais, fundações, organizações empresariais e centros de pesquisa”.

O Guia inicialmente estava organizado em seis categorias e na versão 2011/2012 teve o acréscimo de mais uma categoria, como demonstramos no quadro abaixo:

Quadro 2 - Tecnologias Educacionais

Item	Categoria	Tecnologia desenvolvida pelo MEC		Tecnologia externa ao MEC		Total	
		2009	2011	2009	2011	2009	2011
1	Gestão da educação	9	11	6	7	15	18
2	Ensino-aprendizagem	4	9	51	51	55	60
3	Formação dos profissionais da educação	10	12	14	15	24	27
4	Educação inclusiva	6	11	1	1	7	12
5	Portais educacionais	4	5	12	11	16	16
6	Diversidade e Educação de Jovens e Adultos	10	17	7	11	17	28
7	Educação Infantil	-	-	-	8	-	8
	TOTAL	43	65	91	104	134	169

Fonte: elaborado a partir dos Guias de Tecnologias Educacionais, 2009 e 2011/2012

Observando o guia, constata-se a presença do setor privado em quase todas as categorias, porém destaca-se a concentração predominante numa área estratégica para a educação, que é o ensino-aprendizagem. Das 60 tecnologias pré-qualificadas, 51 são externas ao MEC e, destas, seis são de entidades públicas, uma de pessoa física, 31 de empresas com fins lucrativos e 13 do terceiro setor, ou seja, entidades públicas não estatais.

Olinda Evangelista e Roberto Leher afirmam que este tecnicismo pedagógico sustentado no fetiche da tecnologia, reduz o professor a “manuseador de métodos, pacotes de tecnologias e informação e cartilhas comercializadas por corporações. [...] como propósito o apagamento do professor e do aluno como sujeitos históricos”(EVANGELISTA; LEHER, 2012,p.11) com a imposição de um papel coadjuvante. Nesta lógica os autores concluem que o que se instituiu é a “intervenção de grupos privados nos

sistemas públicos de ensino, supostamente portadores da varinha de condão cujo toque produzirá a educação à ‘boa qualidade’, afinal os empresários sabem buscar resultados!” (Ibidem).

O Guia de Tecnologias Educacionais acaba se constituindo como a consolidação da ação da rede de empresas que oferta produtos, seja de forma direta, seja sob a forma de associados e ou apoiados pelos empresários, materializando a ampliação das relações da educação pública com o setor privado no Brasil.

3. Redes de influência e interlocutores do Estado: A quem interessa o mercado educacional?

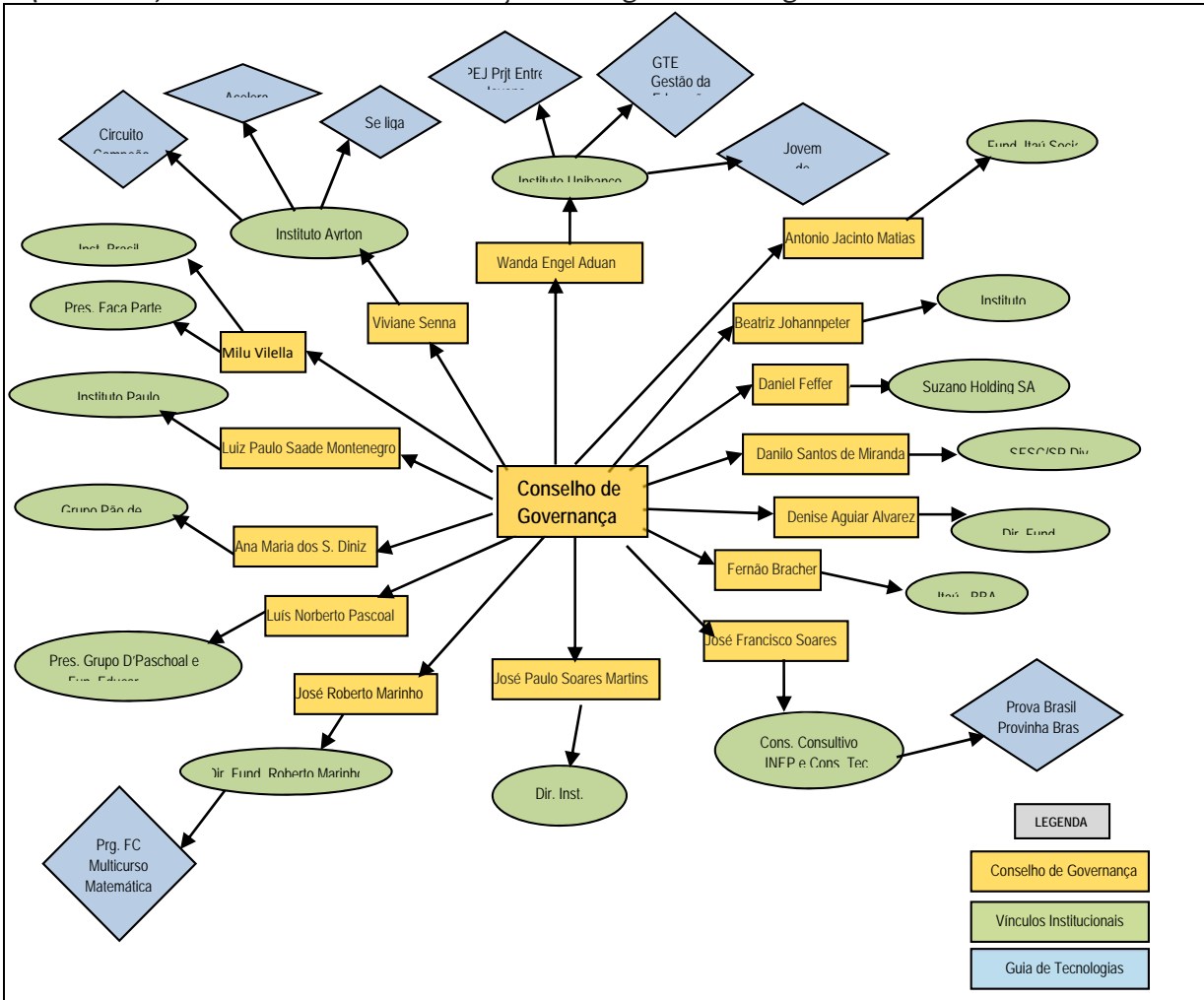
Retomando as discussões sobre rede mencionadas na seção (i) quando tratamos do Movimento Todos pela Educação, entendemos que a atuação em rede possibilita uma mobilização maior entre os sujeitos, ora na proposição da política educacional, ora na mobilização para construir o consenso em torno das metas a serem alcançadas, ora na oferta da forma e dos meios para atingir as metas, ou seja, a gestão e os produtos educacionais.

Entendemos que o TPE configura-se como um movimento que “embaralha intencionalmente a linha divisória entre negócios, empreendimento, desenvolvimento e o bem público” (BALL e OLMEDO, 2013, p. 37) na medida em que além da indicação de parceria com setor privado e empresarial podemos observar que os mesmos sujeitos do movimento empresarial Todos pela Educação são agentes e interlocutores no setor público, junto ao Ministério da Educação, tornando-se clientes do Estado ao ofertarem produtos no Guia de Tecnologia ou recomendações.

Agora vejamos no quadro⁵ abaixo onde aparece o conselho de governança, as instituições ligadas aos sujeitos e as tecnologias ofertadas no Guia.

⁵ Este quadro apresenta somente a oferta direta de tecnologias. Há ainda uma série de apoios e parcerias entre os sujeitos que não destacamos neste recorte.

Quadro 2 - Sujeitos individuais e coletivos e relações com o guia de tecnologias



Fonte: os autores

Observando o quadro acima constatamos que os sujeitos e empresas do Conselho de Governança do TPE oferecem tecnologias que constam no Guia de Tecnologias educacionais predominantemente em três áreas essenciais: Aprendizagem (Circuito Campeão, Acelera e Se Liga); Formação para o trabalho⁶ (Projeto Entre Jovens e Jovem de Futuro); Gestão da educação (Provinha Brasil e Prova Brasil). Estes exemplos ilustram não só a oferta de produtos das empresas caracterizando as relações comerciais como também ofertam tecnologias que influenciam na gestão da educação.

Nesse sentido, Vera Peroni contribui afirmando que as políticas sociais passam a ser executadas pelo público não estatal – iniciativas particulares com sentido público: “o

⁶ Trabalho compreendido conforme Evangelista e Leher citado anteriormente.

público que passa a ser de direito privado, ou o Estado faz parcerias com instituições do Terceiro Setor para a execução de políticas sociais.” (PERONI, 2012, p. 17).

O modelo empresarial de gestão é apresentado como alternativa para a qualificação da educação. Esta guinada ao mercado ou a construção de um negócio educacional - *Edu busines* (BALL, 2012) com a oferta de programas, cartilhas replicáveis, softwares e materiais didáticos para as escolas públicas tem crescido muito no país nos últimos anos. Estas políticas são ofertadas aos sistemas de ensino em todos os níveis com o discurso de qualificação da educação e chegam às escolas desdobradas em várias possibilidades de parcerias (voluntários, privados, ONGs) para tratar dos problemas enfrentados nas instituições. Ou seja, a solução apontada, esta no mercado.

O Estado deve ser “regulador, incentivador e corrector de assimetrias” (AFONSO, 2002, p.53) diminuindo sua presença ao mesmo tempo em que reforça a “mobilização da comunidade e a iniciativa da sociedade civil” (Ibidem). Aqui o conceito de sociedade civil compreendido como uma expressão “mágica e adaptável” (WOOD, 2003, p. 208) a qualquer situação, melhor dizendo, a situação que interessa àqueles que estão no poder, sendo usada para identificar uma “arena fora do Estado” (Ibidem). Neste sentido, torna-se um conceito tão amplo capaz de abranger todas as instituições e relações da economia capitalistas, que vai desde o sindicato e ou movimentos como o Movimento Sem Terra (MST) até as empresas privadas, identificando conforme seus interesses aqueles que detêm os meios de produção como sociedade civil. Neste sentido, concordamos com a autora acima citada que de certo modo, “trata-se da privatização do poder público que criou um mundo historicamente novo da sociedade civil” (Ibidem, p. 127), esvaziando assim a democracia como luta.

Este é um ponto chave para a compreensão do que afirmamos ao longo deste artigo: existe um forte movimento da classe empresarial dominante que seguindo as recomendações do capitalismo internacional construiu uma trajetória de interlocução com o Estado, definiu a pauta educacional brasileira e tornou-se cliente, pois ao mesmo tempo em que estabelece o conteúdo de propostas e programas educacionais, oferta produtos tecnológicos para ‘dar conta’ de solucionar todos os problemas. Enquanto isso, apesar do intenso movimento de classe que realiza, usando a convocação da união

de ‘todos’ na busca da qualidade da educação (definida por ela), propõe o fim o conflito de classe e constrói o consenso em torno de suas definições.

Considerações finais

Neste artigo, abordamos o Movimento Todos pela Educação, fundado por empresários, até a criação do Compromisso Todos pela Educação pelo governo federal que incorporou a agenda empresarial. Evidenciamos as possibilidades de parcerias público-privadas que se abrem a partir da elaboração do Plano de Ações Articuladas aos estados e municípios que assinaram o Compromisso, buscando destacar os caminhos pelos quais o setor privado adentra e influencia o setor público nas políticas educacionais.

Vimos que os mesmos empresários que fundaram o TPE são interlocutores junto ao Estado na definição de políticas e na venda de produtos pedagógicos a partir do Guia de Tecnologias Educacionais, que é uma ferramenta que disponibilizadas aos municípios que elaboram o PAR, no qual constam programas e informações suplementares acerca de materiais pedagógicos elaborados por instituições ou empresas públicas e/ou privadas e que são pré-qualificadas pelo MEC.

Esta afirmação de poder de ação do grupo empresarial ligado ao TPE que ao mesmo tempo é interlocutor que induz a definição de propostas e programas educacionais e torna-se cliente do Estado pode ser definida como um movimento de classe. Os empresários colocaram o mercado como a solução para todos os problemas da educação e a lógica da gestão empresarial como única alternativa de sucesso. Neste sentido, entendemos que os empresários que constituem o TPE como classe organizada são os representantes da classe dominante. Os mesmos que dão o tom para a criação de algumas das políticas educacionais brasileiras, são os que irão ofertar as ‘soluções’ para os ‘problemas’ educacionais.

Ao se constituírem em rede os empresários em ação no Movimento Todos pela Educação se não pautam diretamente as políticas como interlocutores diretos ou clientes, o fazem na mediação, no apoio que oferecem a outras empresas que ofertam produtos

ou que ajudam a determinar o tipo de qualidade educacional defendida por eles: medida, ranqueada e solucionada pelo mercado.

Ao mesmo tempo a política educacional construída pelo governo através do PDE/PAR amplia a presença do Estado no atendimento da Educação Básica contraditoriamente ele reforça a lógica de que o mercado apresenta as soluções mais adequadas para melhoria da qualidade da educação.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. *O Neoliberalismo educacional mitigado numa década de governação social democrata*. In. LIMA, Licínio C. AFONSO, Almerindo Janela (Org.) **Reformas da Educação Pública: Democratização, Modernização e Neoliberalismo**. Porto: Afrontamento, 2002.

BALL, Stephen. **Global Education- New policy networks and the neo-liberal imaginary** Routledge- Londres – NY- 2012.

BALL, S. J.; OLMEDO, A. A ‘nova’ filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, Vera (org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Líber Livro, 2013. p. 33-47.

BARÃO, G. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): uma política educacional do capital. **Boletim Germinal**- Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo, História, Tempo Livre e Educação, n. 9, nov. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/germinal/n9-112009.htm#3plano>. Acesso em: 07.01.2013

BRASIL. **Guia de Tecnologias Educacionais 2011/12/organização COGETEC**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011. 196 p.

BRASIL. **Plano de ações articuladas – PAR- 2011-2014**. Guia prático de ações para municípios. Brasília:Ministério da Educação. 2011

BRASIL. **Aviso de Chamamento Público MEC/SEB/SECAD/SEED/SEESP N.º 1/2009**. Pré-qualificação de Tecnologias que Promovam a Qualidade da Educação Básica. Publicado no D.O.U. Seção 3, pág. 41/42/43/44, de 21/05/2009

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. **Todos pela Educação e o Episódio Costin no MEC: A Pedagogia do Capital em Ação na Política Educacional Brasileira**. Trabalho Necessário-www.uff/trabalhonecessario. Ano 10, nº15: 2012.

FARENZENA, Nalú (org.). **Implementação de planos de ações articuladas municipais: uma avaliação em quatro estados brasileiros**. Pelotas: Ed. Gráfica Universitária/UFPel, 2012.

KRAWCZYK, Nora. A construção social das políticas educacionais no Brasil e na América Latina. In: KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria M.; HADDAD, Sérgio (org.). **O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. São Paulo: Autores Associados, 2000. p. 1-11.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Planta, 2004.

PERONI, Vera. Mudanças no papel do Estado e políticas públicas de educação: notas sobre a relação público/privada. In: PERONI, Vera; ROSSI, Alexandre (org.). **Políticas educacionais em tempos de redefinição do papel no Estado: implicações para a democratização da educação**. Porto Alegre: PPGEduc UFRGS; Pelotas: UFPEL, 2011. p. 23-41.

SOUZA, Paulo Renato. Educação e responsabilidade social. Folha de São Paulo. Opinião. 16/06/2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1906200608.htm>

ROSSI Alexandre, BERNARDI Liane Bernardi, UCZAK Lucia Hugo. Relação Público Privada no Programa de Desenvolvimento da Educação: uma análise do Plano de Ações Articuladas. In: PERONI, Vera; (org.). **Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado: Implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livros, 2013.

SHIROMA, Eneida Otto; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; CAMPOS, Roselane Fatima. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do movimento Todos pela Educação. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais: questões**

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VOSS, Dulce Mari da Silva. O Plano de Desenvolvimento da Educação(PDE): contextos e discursos. Pelotas: **Cadernos de Educação**: FaE/PPGE/UFPel: Janeiro/abril 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.